

PRECONCEITO E ESTIGMATIZAÇÃO COMO ARMA DE EXCLUSÃO DE PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL

POLIANA FARIAS ALVES¹; MICHELE MANDAGARÁ DE OLIVEIRA²; KARINE LANGMANTEL SILVEIRA³; VALÉRIA CRISTINA CHRISTELLO COIMBRA⁴; LUCIANE PRADO KANTORSKI⁵

¹Universidade Federal de Pelotas –polibrina@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas- mandagara@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas- kaa_langmantel@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas - valeriacoimbra@hotmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas- kantorski@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Após muitos anos de luta, um novo modelo de cuidado em saúde mental foi aprovado pela lei 10.216 em 2001 no Brasil, dispondo sobre a proteção e direitos das pessoas com transtorno mental (BRASIL, 2004). Tais políticas de saúde trazem em si aspectos importantes quanto à reinserção social das pessoas com algum tipo de transtorno, bem como, criam serviços de base comunitária como principal ponto de apoio a estes usuários, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Os CAPS são dispositivos estratégicos que organizam a rede de atenção e cuidado às pessoas com transtorno mental, devendo estes ser territorializados, situados no espaço de convívio social dos seus usuários, próximo do círculo familiar, com finalidade de resgate das potencialidades existentes na comunidade, sendo estes serviços agentes de inclusão social e de reabilitação psicossocial (PUEL, 2008; KANTORSKI et al., 2013).

É sabido que mudanças culturais sociais delongam e necessitam de muito mais que apenas sancionamento de leis, porém o arcabouço jurídico estava dado e a forma de fazer se apresentava e se apresenta como um desafio diário para profissionais que trabalham nos serviços comunitários de saúde mental.

A inclusão social e reabilitação psicossocial, como resultados esperados das ações destes serviços se esbarram em um cenário de preconceito e estigmatização oriundos da sociedade em que vivemos.

Segundo Azevedo e Ferreira-Filha (2012) desde a antiguidade, a sociedade sempre apresentou dificuldades em lidar e de aceitar as diferenças entre pessoas, sejam ela com algum tipo de deficiência física ou mental, assim, o caminho das pessoas com algum tipo de transtorno mental tem sido permeado por obstáculos, riscos e limitações para a sua sobrevivência, desenvolvimento e convivência nos diversos espaços sociais.

Oliveira, Carolino e Paiva (2012) destacam a existência ainda de crenças irrealistas sobre as pessoas com sofrimento psíquico, mas que esforços estão sendo feitos no sentido de diminuir o estigma e o preconceito para uma efetiva reinserção social dos usuários dos serviços de saúde mental. Como exemplo deste esforço estaria o desenvolvimento de um processo de cuidado baseado no contato direto destes usuários com a sociedade, no desenvolvimento da sua autonomia e na melhoria qualidade de vida das pessoas com transtorno mental.

Partindo do entendimento da necessidade de avaliar quais os resultados e impactos destas novas políticas e dos serviços de saúde mental comunitário, no que concerne ao preconceito e estigmatização das pessoas usuárias destes

serviços, este estudo teve como objetivo de construir indicadores acerca das mudanças ocorridas na vida dos usuários e de seus familiares a partir da sua inserção em um serviço de saúde mental comunitário.

2. METODOLOGIA

O presente estudo foi resultado da dissertação de mestrado intitulada Indicadores qualitativos de Atenção Psicossocial a partir da avaliação de quarta geração. Trata-se de um estudo avaliativo, do tipo estudo de caso, com abordagem qualitativa participativa. Os referenciais teóricos adotados foram o da Atenção Psicossocial e o da Avaliação de Quarta Geração. O mesmo foi realizado juntamente ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas e concluída em dezembro de 2014. O local deste estudo foi um Centro de Atenção Psicossocial do tipo II na cidade de Alegrete/RS. Os dados foram construídos a partir da análise dos dados de duas pesquisas avaliativas anteriores que utilizaram a metodologia de avaliação de quarta geração, a pesquisa CAPSUL I (2006) e a CAPSUL II (2011). Integraram o estudo nove usuários e nove familiares que participaram de grupos de discussão, negociação e validação. A coleta de dados se realizou de 18 de agosto a 2 de setembro de 2014. Para a análise dos dados foi utilizado a análise de conteúdo de Bardin. Durante todo percurso desta pesquisa respeitaram-se os preceitos éticos da Resolução nº 466/2012 do conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, sobre Pesquisa com Seres Humanos e o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Enfermagem, pelo parecer nº 753.374.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo demonstraram questões importantes relacionadas ao tema do preconceito e estigmatização dos usuários de serviço comunitário de saúde mental, podendo-se identificar dois indicadores de mudanças de vida acerca deste tema sendo eles: **A diminuição do preconceito na comunidade** e o **empoderamento dos usuários para enfrentamento do preconceito**.

Usuários e familiares relataram a relevante contribuição dos serviços no que tange à diminuição da carga de estigmatização dos usuários, entretanto, como mesmo referiram os usuários, o preconceito com a loucura ainda se faz presente em seus cotidianos.

Tanto na saúde mental quanto na saúde coletiva as concepções acerca do empoderamento dos usuários se colocam como uma das linhas fundamentais neste campo (ALMEIDA et al, 2010), e o que pôde ser percebido a partir dos dados, foi que os usuários relataram se sentirem mais fortalecidos, destacando que as atividades desenvolvidas no/pelo serviço e os atendimentos prestados fortalecem e elevam a sua autoestima, o que auxilia no enfrentamento do preconceito.

Os movimentos reformistas visam colocar a existência do sofrimento como parte da vida e que a atenção psicossocial preza por práticas sociais que possam incluir os sujeitos que historicamente foram (e ainda são) alvo de exclusão social, estigma e preconceito pela sociedade (DIMENSTEIN et al., 2010). Há necessidade de maior divulgação dos serviços de atenção psicossocial junto à sociedade, visto que na medida em que o conhecimento sobre o que é e como

funcionam os serviços auxiliam na desmistificação do imaginário social de que a saúde mental é alvo somente de atendimento psiquiátricos, o que contribuiria para uma diminuição do preconceito (CAMATTA et al., 2011).

Ao serem questionados sobre a contribuição dos serviços na diminuição do preconceito, os familiares relataram a percepção de uma diminuição do preconceito. Os mesmos atribuíram à diversidade de pessoas que necessitam e utilizam este tipo de serviço.

Outra questão relevante se faz em relação às internações dos usuários nos momentos de crise. Tanto usuários quanto familiares atribuíram a diminuição do preconceito na comunidade às ações de internação serem feitas no hospital geral e não mais em hospitais psiquiátricos, pois estas diminuem o isolamento dos usuários nos serviços hospitalares, ajudando na interação, integração e inserção com todos os pacientes, independentemente do motivo da internação.

Outro ponto relevante levantado pelos familiares dos usuários está relacionado à realização de atividades fora do serviço, ou seja, extra muros. Existe a necessidade de os CAPS estarem inseridos no cotidiano da comunidade (CAMATTA et al., 2011).

Os familiares concordaram que a realização de atividades fora do serviço promove a diminuição do preconceito na sociedade. A falta de conhecimento e de informação sobre o que são os serviços e sobre a doença mental leva a sociedade a desenvolver comportamentos de rejeição e o aumento de atitudes estigmatizantes (OLIVEIRA; CAROLINO; PAIVA, 2012).

Entretanto, apesar da diminuição do preconceito, alguns familiares apontaram que, em alguns casos, situações de exclusão ainda ocorrem. Podendo-se concluir que o processo de desmistificação em relação à periculosidade e também a maior aceitação das diversidades dos sujeitos precisam ser trabalhados e isso é ainda um desafio a ser superado.

Durante as discussões, os familiares apontaram a diminuição do preconceito como um dos resultados das ações deste serviço na comunidade, sendo consenso entre os mesmos a utilização deste resultado para avaliar o desempenho dos serviços no seu território.

4. CONCLUSÕES

Assim, a partir dos resultados deste estudo podem-se constatar aspectos relevantes em relação a este tema, demonstrando que as atividades desenvolvidas no serviço auxiliam tanto no **empoderamento dos usuários para o enfrentamento do preconceito** quanto na **diminuição deste na comunidade**, apresentando-se como importantes indicadores acerca dos resultados da atenção psicossocial na vida dos usuários.

Contudo, apesar da diminuição do preconceito, este não é um assunto completamente superado na sociedade, demonstrando assim a necessidade de novas ações dos serviços de saúde em parceria com a sociedade com a finalidade de sobrepujar este entrave.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, E. B.; FERREIRA FILHA, M. O. Práticas inclusivas na rede de atenção à saúde mental: entre dificuldades e facilidades. **Revista Ciência & Saúde**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 60-70, jul./dez. 2012

ALMEIDA, K. S.; DIMENSTEIN, M.; SEVERO, A. K. Empoderamento e atenção psicossocial: notas sobre uma associação de saúde mental. **Interface**, Botucatu, v.14, n. 34, set. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília, 2004.

CAMATTA, M. W. Avaliação de um centro de atenção psicossocial: o olhar da família. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 11, Nov. 2011

DIMENSTEIN, M., SALES, A. L., GALVÃO, E., SEVERO, A. K. Estratégia da atenção psicossocial e participação da família no cuidado em saúde mental. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, Dec. 2010.

KANTORSKI, L. P. et al. Medicação pactuada como recurso terapêutico no processo de trabalho de um CAPS: contribuições para a enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 22, n. 4, Dec. 2013.

OLIVEIRA, Sandra; CAROLINO, Luísa; PAIVA, Adriana. Programa Saúde Mental Sem Estigma: Efeitos de Estratégias Diretas e Indiretas nas Atitudes Estigmatizantes. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, Porto, n. 8, p. 30-37, dez. 2012 .

PUEL, E.; HECKRATH, M. C. R.; RIESINGER, M. C. **Relatório Avaliação Centros de Atenção Psicossocial – CAPS**, Secretaria de Estado da Saúde/SC Diretoria de Vigilância Epidemiológica Gerência de Atenção Básica Divisão de Políticas de Saúde Mental, Florianópolis, Dezembro, 2006.